



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2025 a 31/08/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/5

149.2025	Sessão Ordinária - CD	13/08/2025-17:24
Publ.: DCD - 14/08/2025 - 105	Bohn Gass-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a medida do Presidente Lula que destina 30 bilhões de reais para apoiar empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos. Explicou que a iniciativa, em forma de medida provisória, visa antecipar políticas da reforma tributária de 2027, garantindo compensação aos exportadores e preservação de empregos. Em seguida, elogiou a decisão presidencial, ressaltando que o objetivo é proteger a produção nacional e a soberania do Brasil, e criticou setores internos que favorecem interesses estrangeiros em detrimento do País. Concluiu reforçando a importância da união política para enfrentar tarifas externas.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Lula está destinando 30 bilhões de reais, a partir de hoje, para as empresas que foram prejudicadas pelo tarifaço de Trump. O Presidente Lula anunciou isso hoje de manhã: "*Manda isso como uma medida provisória*". Nós Deputados e Senadores precisamos fazer essa votação. É uma garantia. Já temos uma reforma tributária feita, que vai beneficiar quem exporta, mas ela vai entrar em vigor em 2027. Nós vamos antecipar políticas similares a essa para que quem exporta não tenha tanto prejuízo e faça uma compensação. Ele pode vender o produto brasileiro para outros espaços, inclusive para os Estados Unidos, e outros mercados que estão em negociação, mas sempre pensando no emprego.

O Presidente Lula foi feliz nessa decisão. Ele vai apoiar quem produz para garantir a manutenção do emprego. Ele mesmo disse: "*A soberania é intocável*". Infelizmente, há pessoas do Brasil operando nos Estados Unidos contra o Brasil, como o filho do ex-Presidente. Muitas vezes, os bolsonaristas da extrema direita defendem Trump, mas não defendem o Brasil.

Então, este é o apelo que nós estamos fazendo: façam como Lula e ajudem o Brasil a não sofrer com esses tarifaços externos. Vamos sustentar nossa

soberania e não ser políticos vira-latas.

Obrigado, Presidente.

Documento 2/5

149.2025

Sessão Ordinária - CD

13/08/2025-17:28

Publ.: DCD - 14/08/2025
107

REFERENCES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a postura dos Estados Unidos em relação ao Brasil, destacando o histórico de dependência econômica e social do País desde a independência e a influência norte-americana em golpes de Estado na América Latina. Defendeu a soberania do Brasil, lembrando que apenas 12% do comércio exterior é com os EUA, enquanto a China amplia parcerias. Ao final, enfatizou a necessidade de justiça social e tributária, com a reforma tributária, taxação dos super-ricos e isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Icaro, colegas de representação, quando falamos das relações do Brasil com os Estados Unidos da América, precisamos ter um olhar histórico sobre isso.

Quando o Brasil declarou sua independência em relação ao Reino de Portugal, passou a ter uma dependência econômica da Inglaterra e, internamente, a estrutura social, na nova nação, seguiu muito desigual, muito injusta, fundada no latifúndio, na monocultura, na dependência externa e na escravização do trabalho humano.

Os Estados Unidos, já independentes desde 1776, lançavam, 1 ano depois da nossa proclamada independência, inconclusa, a Doutrina Monroe, America First. Vale dizer, os Estados Unidos, para crescerem como uma potência que são, trataram muito dos seus próprios interesses, defenderam a sua soberania, fortaleceram o seu mercado interno.

Depois houve a política do Big Stick, de Theodore Roosevelt, quando os Estados Unidos, já na etapa expansionista do seu capitalismo imperialista, buscaram ser o grande cassete do mundo, a grande polícia do mundo. Isso se agrava com a Segunda Guerra Mundial. Da Primeira Guerra Mundial os



Estados Unidos se safaram, não se envolveram nela diretamente e cresceram.

Nós sabemos as inúmeras tentativas de golpe de Estado que os Estados Unidos patrocinaram em países que buscavam um programa nacionalista e reformas que atendessem a sua população, caminhassem no sentido da justiça social.

Os tempos, hoje, são outros. No entanto, Donald Trump representa o retrocesso absoluto. Ele tem uma postura neocolonialista, quer brigar com o mundo inteiro e, é claro, bota no foco o Brasil agora. Eu apelaria àqueles que têm mais veneração por Donald Trump do que até pelos Estados Unidos que olhassem como ele compra briga com a União Europeia, com países africanos, os quais destrata, com a Ásia, com a América Latina, que ele considera um quintal, e desconhece muita coisa daqui. E agora, no caso do Brasil, quer interferir diretamente na nossa política nacional. Imaginem se fôssemos aqui opinar, querer tomar decisões para sancionar autoridades do Judiciário norte-americano, adotar a iniciativa de estabelecer algum tarifaço.

Hoje, o Brasil não é mais tão dependente dos Estados Unidos. Aliás, é pouco em relação a épocas não muito distantes. Doze por cento do nosso comércio exterior é feito com os Estados Unidos, e 88% não. A China agora está abrindo 38 autorizações para empresas brasileiras de exportação de café. Lula, hoje, no lançamento do ótimo Plano Brasil Soberano, lembrou que há quatrocentas novas oportunidades de comércio no mundo, em várias partes do mundo, para a agricultura familiar, para as médias e pequenas empresas brasileiras, sem contar os grandes exportadores.

Portanto, alto lá, Sr. Trump. Nós temos soberania, nós zelamos pela democracia, nós avançamos no campo civilizatório, nós, inclusive, vamos regulamentar as *big techs*, que não podem ser lugar de pedofilia, de crime, de *fake news*, de mentiras, de depravação civilizatória. Nós vamos fazer a reforma tributária, avançar na taxação dos super-ricos, nós vamos aprovar aqui a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Isso é justiça social e justiça tributária.

No mais, é independência nacional que temos que reproclamar constantemente. Essa política neoimperialista não pode prevalecer. E a altivez, a soberania, a dignidade nacional de quem é verdadeiramente patriota, que não quer dizer xenófobo — fechado ao mundo —, têm que prevalecer, sobretudo no Parlamento brasileiro. Eu tenho certeza de que a maioria aqui vai aprovar as medidas necessárias para que o País avance.

Obrigado, Presidente.



Sumário

A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências. Ademais, lembrou que levou mais de 40 anos para a reforma tributária ser concretizada, exigindo coragem e comprometimento do Governo Lula. Além disso, celebrou os indicadores econômicos positivos, como a menor taxa de desemprego histórica, o crescimento de 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre e a valorização do real. Por fim, afirmou que a reconstrução do País depende de uma agenda responsável, que coloque o povo e suas prioridades no Orçamento.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, esta quinta-feira também começa com uma agenda em defesa da soberania do Brasil. A gente está falando da inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras, tratando-se da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Aqui nós estamos falando da defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras que constroem a maior riqueza do nosso Brasil. Essas pessoas precisam ser visibilizadas.

Chega de este Parlamento ou de este Congresso carregar o incentivo das grandes empresas, das *bets*, dos bilionários, sempre com um jeito de falar que esse é o verdadeiro investimento no Brasil! O verdadeiro investimento no Brasil é quando nós conseguimos aqui aprovar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, ampliando até, se possível, a faixa da alíquota de redução do imposto para quem ganha mais de 7 mil reais. Então, isso já é revolucionário.

A reforma tributária levou mais de 40 anos para ser concretizada; foi preciso coragem e comprometimento do Governo do Presidente Lula. E eu quero trazer aqui dados econômicos reais, não invenções.

Nós estamos diante da menor taxa de desemprego histórica. Nós também crescemos mais de 2,4% no último trimestre, o nosso Produto Interno Bruto. O real foi a moeda mais valorizada nos últimos tempos.

Precisamos tratar isso como uma estratégia para todos os 5.569 Municípios, os mais de 212 milhões de brasileiros e brasileiras, que constroem a economia do nosso País. Eles precisam estar conscientes sobre de onde parte a reconstrução deste Brasil e que isso é um comprometimento de quem tem agenda e que



precisa colocar, sim, o povo e as suas prioridades no Orçamento.

Portanto, essa votação do Imposto de Renda, a isenção para quem ganha até 5 mil reais, é algo que nós vimos aqui defender, sobretudo porque nós sabemos que boa parte das mulheres brasileiras serão contempladas, que boa parte das mulheres negras serão contempladas.

Com isso, aliado à isenção de itens de cesta básica, aliado a estratégias de inclusão, Deputada Talíria, na economia criativa, nós vamos reconstruir e construir um país cada vez mais inclusivo.

Portanto, "sim" à isenção do Imposto de Renda e "não" aos bilionários.

Documento 4/5

166.2025	Sessão Ordinária - CD	27/08/2025-14:48
Publ.: DCD - 28/08/2025 - 68	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou sua participação no 5º Congresso Nacional de Vendas Diretas e ressaltou que a reforma tributária trouxe justiça ao garantir a não incidência de tributos sobre serviços e consumo para revendedores, diaristas, jardineiros e outros trabalhadores informais. Explicou que a medida também beneficia motoristas e entregadores de aplicativo, que poderão ter faturamento de até R\$162 mil anuais dentro das novas regras. Finalizou, dizendo que essa conquista valoriza os trabalhadores autônomos, dá segurança jurídica e incentiva o empreendedorismo e a geração de empregos.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas registrar que participei do 5º Congresso Nacional de Vendas Diretas.

É importante dizer que a reforma tributária considerou os revendedores, esses trabalhadores e trabalhadoras, não incidentes na tributação sobre serviços e consumo. A não incidência é uma questão fundamental na justiça tributária, porque eles, em tese, são consumidores finais, pois revendem esses produtos. É importante dar segurança jurídica a mais de 5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, tais como revendedores, diaristas, jardineiros.

Ainda ampliamos essa isenção para motoristas e entregadores de aplicativo, porque nós consideramos o limite de 40,5 mil reais, metade do limite de faturamento anual do MEI, e apenas 25% da receita bruta será considerada na

conta desses trabalhadores. Então, eles podem faturar até 162 mil reais.

Presidente, essa é uma vitória dos trabalhadores brasileiros informais. É uma oportunidade para que eles possam crescer no empreendedorismo, se formalizar e gerar mais oportunidades de emprego para a comunidade, para a família.

Acima de tudo, a não incidência é uma valorização e uma justiça tributária para esses trabalhadores e trabalhadoras autônomos do País.

Obrigado, Presidente.

Documento 5/5

166.2025 Sessão Ordinária - CD 27/08/2025-17:04

Publ.: DCD - 28/08/2025 - Márcio Jerry-PCdoB -MA
110

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da votação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, que amplia a isenção para rendas até R\$ 5 mil e tributa os mais ricos, medida já debatida e relatada por Arthur Lira. Na continuidade, defendeu que a prioridade da Câmara deve ser essa pauta de justiça social, não a chamada “PEC da Blindagem”, denominação dada à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares. Por fim, alertou que há setores incomodados com o Judiciário apenas por estarem fora da lei e reforçou que o foco deve ser fortalecer a democracia e não fragilizá-la.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento. É uma alegria falar aqui sob a Presidência de V.Exa.

Gostaria de, neste momento, chamar a atenção dos que nos assistem no Brasil inteiro para as pautas da nossa Câmara dos Deputados. Todos acompanham e sabem da importância que tem a aprovação desta inovação na política tributária brasileira, que é a isenção do pagamento do Imposto de Renda para pessoas com renda de até 5 mil reais e, ao mesmo tempo, para garantir esse benefício a milhões de brasileiros e brasileiras; a taxação, fazendo com que os ricos do



Brasil possam aparecer para ajudar a pagar a conta do Brasil. É justo e muito necessário.

Este debate está feito aqui na Casa. A proposta encaminhada pelo Presidente Lula já foi aqui debatida. Há relatório aprovado. O relatório foi coordenado pelo ex-Presidente Arthur Lira e precisa vir ao plenário para que nós votemos, porque esta é uma ação fundamental, importante, com impacto importante para o povo brasileiro.

Trago o tema para mostrar o quanto está longe de qualquer prioridade o debate sobre o tema das prerrogativas.

É sempre bom debatermos prerrogativas e assegurá-las, para o pleno funcionamento da ação Parlamentar, da natureza democrática do Parlamento. Não podemos, contudo, confundir o debate de prerrogativas com o debate de blindagens ou de respostas conjunturais à insatisfação com o exercício de suas funções por outro Poder.

Nossa Carta Magna estabelece — como, aliás, as repúblicas todas estabelecem — essa harmonia, a convivência entre os Poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Tem muita gente incomodada com o funcionamento do Judiciário, por uma razão apenas: porque tem muita gente fora da lei que está incomodada com a cobrança da lei por parte do Supremo Tribunal Federal na sua relação com o Congresso Nacional.

É importante a gente trazer esse debate, Sr. Presidente, porque nós precisamos de medidas que aperfeiçoem a democracia brasileira, e não de medidas que venham a enfraquecê-la. Há uma corrente política que tentou um golpe, que a democracia derrotou em janeiro de 2023, e que não se cansa de repetir, por outras formas, outras roupagens, esse mesmo velho e derrotado golpe.

Então é importante que tenhamos prerrogativas, mas que não aprovemos nada que seja blindagem, como já está no apelido da proposta — PEC da Blindagem.
